

## Trabalho e gênero na sociologia: Nova (?) divisão sexual do trabalho e (re)construção da identidade masculina<sup>66</sup>.

Daniel Perticarrari

Fernanda Flávia Cockell

292

**Resumo:** No Brasil, na esteira das pesquisas sobre relações de gênero na sociologia, um contingente cada vez maior de pesquisadores do mundo do trabalho começa a focalizar sua atenção para as especificidades das relações entre homens e mulheres. Estudos começam a constatar um substancial aumento no número de trabalhadoras mulheres no espaço público e assalariado do sistema capitalista. Esse afluxo do trabalho feminino inspirou a produção de uma gama de estudos relacionados às relações de gênero subjacente ao trabalho. Apresentar como as dimensões de gênero tem sido tratadas na sociologia do trabalho atualmente, é o propósito deste artigo. Veremos que a literatura tem apontado mudanças na atribuição do trabalho nos espaços domésticos, assim como a inserção da mulher no mercado de trabalho. Dessa forma, é nosso intuito chamar a atenção para a

---

<sup>66</sup> Este trabalho é parte da tese de doutorado “Foi com o trabalho que me tornei homem”. Trabalho, Gênero e Geração: uma nova identidade. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSCar, sob orientação do Prof. Dr Jacob Carlos Lima, com apoio financeiro da CAPES.

conseqüente (re) configuração sócio-histórica, ocorrida nas identidades de gênero, em especial na percepção das masculinidades.

**Palavras-Chave:** Gênero, trabalho, identidade, masculinidade.

Work and Gender in sociology: New (?) sexual division of labor and (re) construction of male identity

**Abstract:** In Brazil, recent researches about gender's relations on the field of sociology have been investigating details about the relationship between men and women. These researches have been finding an essential increase on the number of women working in the public and employed space in the capitalist system. This increase on the female labor influenced many researches about gender and work's relations. The purpose of this article is to present how the dimensions of the gender have been discussing at this moment in the Sociology of Work. The actual literature shows changers on the domestic work, as well as get woman into labor market. In this way, we intend to give evidence of the social and history configuration happened in gender's identities, especially masculinities' perceptions.

**Key words:** Gender, work, identity, masculinity.

## INTRODUÇÃO

Tributária das principais transformações na sociedade como um todo, como por exemplo, a transformação da família nuclear moderna, que tem cedido lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares; ou a sociedade de classes que tem assumindo a forma de grupos e movimentos sociais separados, baseados em relações étnicas, sexo, localidades, etc., o enfoque de gênero no mundo do trabalho surge como uma espécie de estímulo para a quebra de um certo “consenso ortodoxo” até então disseminado entre os pesquisadores da sociologia do trabalho, baseada nas pesquisas sobre a exploração capitalista moderna. (SORJ, 2000).

294

No Brasil, na esteira das pesquisas sobre relações de gênero na sociologia, um contingente cada vez maior de pesquisadores do mundo do trabalho começa a focalizar sua atenção para as especificidades das relações entre homens e mulheres. Estudos começam a constatar um substancial aumento no número de trabalhadoras mulheres no espaço público e assalariado do sistema capitalista. Esse afluxo do trabalho feminino inspirou a produção, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, de uma gama de estudos relacionados às relações de gênero subjacente ao trabalho, principalmente fabril.

Atualmente, a problemática das relações de gênero no espaço do trabalho tem ocupado posição especial nos estudos sobre reestruturação produtiva. Com efeito, parece haver uma posição consensual existente na literatura recente de que, a despeito da inserção das mulheres no mercado nos últimos anos ter se dado de forma significativa, estas ainda concentram-se em ocupações de baixa qualificação e remuneração mesmo quando ocupam os maiores estratos de escolaridade. Além disso, esses denotam, apesar de um amplo conjunto de transformações, que tem ocorrido poucas rupturas e que o trabalho feminino geralmente é delimitado em estereótipos: costureiras, enfermeiras, professoras, trabalhos de manuseio finos, empregadas domésticas, etc. (HIRATA, 2002; ABRAMO, 1998; CONSONI, 1998; POSTHUMA, 1998; LAVINAS, 1997). Outros argumentos apontam para uma perspectiva dual entre domesticidade e mundo público, assinalando uma exclusão de gênero (LIMA, 2004), mas ainda assentada sobre a mesma perspectiva de precarização do trabalho feminino. Outra abordagem tem sido tema de vários trabalhos recentes quais sejam sobre a divisão sexual do trabalho doméstico (SORJ, 2005; ARAÚJO & SCALON, 2005; OLIVEIRA 2005; NOBRE, 2004; LAUFER, 2003). Há, ainda, abordagens que apresentam os padrões tradicionais de estrutura familiar como um hiato que aparta o trabalho masculino dos afazeres domésticos (MATOS, 2005; PICANÇO, 2005). Uma nova possibilidade de abordagem tem

se desenhado nos últimos anos: estudos que analisam as transformações no mundo do trabalho em relação ao gênero a partir da visão masculina do processo, ou mesmo na configuração de masculinidades<sup>67</sup> nos espaços do trabalho.

Os estudos de gênero são muito mais amplos do que proponho neste artigo. O próprio conceito de gênero, na sociologia como um todo, tem sido tratado há muito tempo e seus enfoques tem tido suas arestas aparadas constantemente. O conceito de gênero lembra Piscitelli (2002) tem sido elaborado de diferentes formas em momentos específicos da história das teorias sociais. Diversas correntes de pensamento, sobretudo feministas, tem tratado o tema de maneiras distintas, geralmente afirmando a condição de subordinação feminina, bem como denunciando o caráter social dessa subordinação, em detrimento de um suposto caráter natural. Por exemplo, Scott (1991) afirma que o conceito de gênero começou a ser empregado por feministas para fazer referência às formas de relação entre os sexos, sugerindo uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. A partir daí, surgiriam os conceitos de “feminilidades” e “masculinidades” assim como as discussões sobre a pluralidade dessas categorias e o alcance político, cultural e histórico do gênero.

---

<sup>67</sup> Segundo Michael S. Kimmel (1998), ao se usar o termo, masculinidades no plural, reconhecemos que masculinidades significam diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos. Ou seja, os significados de masculinidade variam de cultura para cultura e em diferentes períodos históricos, onde há múltiplos sentidos de o que ser homem significa.

Apesar de Scott fazer uma separação entre o natural e o social, a literatura tem chamado a atenção que alguns estudos nesse sentido, ainda tendem a ancorar suas análises nas diferenças físicas entre homens e mulheres, consideradas como um aspecto universal e invariável dos indivíduos (PISCITELLI, 2002). O trabalho de Rubin (1975), tem sido citado pela maioria dos estudiosos de gênero, como um marco nos estudos da literatura feminista. A autora trataria o conceito sexo/gênero como um conjunto de arranjos por meio dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação seria modelada pela intervenção social. Gênero seria um imperativo da cultura, sendo importante analisar a totalidade dos sistemas culturais, porque o que esta em questão são coisas de natureza muito distintas, como uma “estrita divisão sexual do trabalho na qual as atividades masculinas são particularmente valorizadas ou situações nas quais os homens controlam concretamente as mulheres” (PISCITELLI, 2002, p.21).

297

O trabalho de Butler (2003) chama a atenção para a necessidade de se refletir, criticamente, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a serem considerados como dados. Gênero não deveria ser tratado como simples registro cultural de significado sobre um sexo, mas de maneira que possa conter as relações de poder a ele subjacentes. Gênero poderia ser considerado como um ato intencional no sentido de construção de significados,

reconhecendo que se relaciona com diversas modalidades de identidades construídas discursivamente, “motivo pelo qual torna impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado” (PISCITELLI, 2002, p.28). A difusão de referenciais teóricos recentes, como, por exemplo, o de Butler, contribuiu para a difusão de pesquisas não centradas especificamente nas mulheres, mas um vasto campo de estudos sobre masculinidades ou linhas de pesquisa que levem em consideração a questão das diferenças<sup>68</sup>.

Nosso objetivo é investigar neste artigo como a literatura sociológica sobre trabalho tem tratado as relações de gênero. Almejamos, dessa forma, analisar as principais transformações na atribuição do trabalho nos espaços domésticos devido à inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, chamaremos atenção para o fato de como as identidades de gênero têm sido construídas socialmente, especialmente, a percepção das masculinidades.

## TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E QUESTÕES DE GÊNERO

---

<sup>68</sup> Uma linha de pesquisa bastante fértil tem surgido e sido denominada como estudos *Queer*, com pesquisas que levam em consideração diversos aspectos das identidades (Gays, lésbicas, trans-sexuais, etc). Entretanto, mesmo reconhecendo a importância e diversificação desses estudos nas pesquisas sobre masculinidades, o escopo de nossa tese nos restringiu a simples observações pontuais.

Os estudos mais recentes na sociologia do trabalho têm apontado para um aumento no número de mulheres trabalhadoras concomitante à sua precarização. Segundo Schweitzer (2003), a história do mercado de trabalho, no que se refere às mulheres, tem se mantido fechada, relegando as mulheres às esferas da precariedade, “identificadas como simples e famosa mão-de-obra de apoio” (p.55).

Hirata (2004) constata a grande afluência de mulheres no mercado de trabalho tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) demonstram que o emprego feminino cresceu na região metropolitana de São Paulo em 1,3% contra um decréscimo de 0,5% no emprego masculino. A autora ressalta, no entanto, que se trata de um aumento que coexiste com maiores índices de subemprego, precariedade e instabilidade, bem como com empregos em tempo parcial.

Lima (2004) argumenta que as assimetrias entre o trabalho feminino e o masculino de forma geral, subjaz à própria noção de globalização da economia bem como da flexibilização dos mercados econômicos. Na sua visão, a mundialização do capital e as novas articulações produtivas entre as economias globais têm atingido profundamente a força de trabalho feminina com conseqüências para o salário, o aumento da carga de trabalho e a presença cada vez maior das mulheres na economia informal, uma vez que tais

arranjos (com sérias restrições a um desenvolvimento mais igualitário) não estariam levando em consideração as idiosincrasias locais de classe, religião, gênero e outros aspectos da identidade.

Hirata (2006) faz constatação parecida ao elucidar três dimensões que dariam ao processo de globalização e mundialização do capital um caráter contemporâneo. Uma delas versa justamente a respeito do processo de globalização, que seria impulsionado por políticas governamentais, na forma de políticas públicas “neoliberais”, com conseqüências tais como a liberalização das trocas comerciais; a desregulamentação e abertura dos mercados; novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolário a privatização; o desenvolvimento da subcontratação; a externalização da produção, tendendo a conseqüências negativas sobre as condições de trabalho e emprego das mulheres. Tal fenômeno contribuiria para a “feminização” da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento do hemisfério sul, onde se encontram com maior incidência processos de informalidade, salário parcial, ausência de benefícios e proteção social, etc. Além disso, como ressaltado pela autora, esses trabalhos precários passaram a existir como “via de regra” e não mais como exceção, o que traz contornos ainda mais graves ao mundo do trabalho, em especial o feminino. O emprego feminino, principalmente nos anos 90, teria uma dimensão paradoxal,

dado a expansão do trabalho das mulheres concomitante à precarização e à vulnerabilidade dos mesmos.

Araújo *et al* (2004) ratifica essa idéia, concluindo que a evolução do trabalho feminino no Brasil tem indicado a existência concomitante de continuidades e mudanças. As continuidades seriam observadas no grande contingente de mulheres (36% das mulheres contra 10% dos homens, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) inseridas no mercado de trabalho em posições não qualificadas, precárias quanto ao vínculo empregatício, mal remuneradas e sem proteção social. As continuidades poderiam ser vistas, também, na permanência de alguns nichos ocupacionais nos quais sempre predominou a mão-de-obra feminina, como por exemplo, o ensino, os serviços de saúde, ocupações administrativas ou burocráticas, como por exemplo, secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório, serviços de limpeza, higiene pessoal, alimentação (cozinheiras) e costura. Porém, poderiam se observar a ocorrência de mudanças, com a inserção feminina em setores de atividade e profissões, antes reservadas aos homens, como por exemplo, nas profissões de nível superior (dentistas, juristas, farmacêuticas), ou mesmo em áreas técnicas (técnicos em análises clínicas, técnico de estatística, técnicos em administração e contabilidade, técnicos químicos, analistas de sistema, etc)

A inserção da mulher no mercado de trabalho, a despeito de sua precariedade, é uma constatação que já vem sendo observada há muito pela literatura especializada. Lavinias (1997) diz que as mulheres estão melhorando sua posição em alguns segmentos de ocupação. No entanto, são observadas algumas diferenças, especialmente de remuneração em relação aos homens, mesmo quando comparado com os mesmos níveis de escolaridade.

Perticarrari (2003)<sup>69</sup> constatou uma redução na diferença percentual do emprego feminino e masculino da ordem de 6% no total das empresas do setor de eletrodomésticos de linha branca no Brasil, entre 1994 e 2000. Esta diferença, apesar de parecer pequena, denota uma importante mudança no perfil do emprego, já que tradicionalmente o setor metalúrgico é tido como predominantemente masculino. Pôde-se constatar que entre as mulheres, os menores níveis de escolaridade diminuíram em uma proporção maior que a dos homens. Ao contrário, as faixas de maior escolaridade aumentaram em maior proporção entre as mulheres. Em contrapartida, pôde-se observar que as mulheres se concentravam nas menores faixas de remuneração.

---

<sup>69</sup> Perticarrari (2003) demonstrou que, a despeito de vários gerentes e trabalhadores da produção negar qualquer tipo de diferenciação por sexo, pôde-se observar em vários discursos, principalmente de mulheres, que têm ocorrido medidas implícitas de preconceito, em que pese à inexistência de mulheres em cargos de chefia assim como a dificuldade de ascensão de carreira e contratação, relatadas por diversas trabalhadoras da empresa.

Lavinás (2001), ao contrário, apresenta dados do PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego) entre 1981 e 1998 e conclui que as mulheres vêm melhorando sim seu desempenho no mercado de trabalho, reduzindo o *gap* de gênero, mesmo em termos salariais e ampliando sua participação entre os ocupados. Para a autora, as mudanças em curso na economia têm levado a uma intensa mudança dos postos de trabalho e modificado, portanto, o perfil da demanda (com vantagem para a mão-de-obra feminina). A mulher estaria se adaptando melhor a essa nova demanda, em razão do seu “diferencial de gênero”, como por exemplo, uma maior escolaridade, espessura cognitiva, social e pessoal de cada trabalhador.

303

Barros (2006) demonstra, contudo, que apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, a proporção das mulheres em idade ativa engajadas ou buscando engajar-se em atividades econômicas é, ainda, muito aquém à masculina (28% a menos que os homens, segundo dados com base na PME, entre 1996 e 1998). As diferenças por sexo são evidenciadas, ainda, na duração da jornada de trabalho. Enquanto cerca de 30% das mulheres trabalham menos de 40 horas por semana, entre os homens apenas 15% trabalham menos de 40 horas, fazendo com que a jornada semanal média de trabalho das mulheres ocupadas seja cerca de 5 horas inferior a dos homens. O autor demonstra que há uma substancial diferença no salário médio

dos homens e mulheres quando comparados com a ocupação e nível educacional. Segundo ele, na grande maioria dos casos os salários masculinos são bem superiores aos femininos. Em apenas 5% dos casos considerados, o salário médio feminino apresentou-se mais de 10% superior ao masculino ao passo que em 81% dos casos o oposto ocorreu.

Consoni (1998) afirma que a presença das mulheres no mercado de trabalho na década de 90, em diversos setores tem sido marcada por poucas rupturas. A posição desigual das trabalhadoras em relação aos homens tem se mantido quase que invariável e pode ser observado quando se avalia o diferencial de remuneração. O salário médio nas ocupações da indústria metalúrgica e ocupações genéricas de produção, por exemplo, são mais do que o dobro daqueles pagos nos serviços domésticos (BARROS, 1997).

No caso do segmento de linha branca, o diferencial salarial entre homens e mulheres parece estar se atenuando. Perticarrari (2003) demonstra que em 1994, 79% das trabalhadoras recebiam até 10 salários enquanto entre os homens, esse percentual chegava a 66,4%. Em 2000 esse percentual subiu para 93,1% entre as mulheres e 86,5% entre os homens. O aumento no conjunto que agrega os menores salários foi de 14 pontos percentuais para as mulheres e de 20 pontos entre os homens.

É coerente afirmarmos, como demonstra Barros (1997), que uma parcela significativa da desigualdade salarial entre

trabalhadores (principalmente com pouca educação) deve-se a diferenças na inserção ocupacional. Enquanto os dois grupos ocupacionais mais importantes do lado feminino (segundo dados da PME em 1997) — serviços domésticos e vestuário — representam cerca de 48% do emprego feminino, estas mesmas ocupações representam apenas 3% do emprego masculino. Por outro lado, os três grupos ocupacionais mais importantes do ponto de vista masculino — construção civil, transportes e metalurgia — que correspondem a cerca de 45% do emprego masculino, representam apenas 3% do emprego feminino. Os quatro grupos ocupacionais de menor relevância para os homens — serviços domésticos, serviços de barbearia e beleza, indústria eletroeletrônica e vestuário — representam mais de 55% da força de trabalho feminina.

Em contrapartida a esse quadro, convém apresentar os resultados da pesquisa de Guimarães (2004), que aponta uma tendência inversa. Durante a retração do emprego durante a conjuntura da década de 90, houve um fechamento de oportunidades ocupacionais em espaços tradicionalmente masculinos, como no caso da construção civil, que se combinaria com um movimento de migração de trabalhadores homens para ramos e atividades tradicionalmente femininos como, por exemplo, saúde e educação. Dessa forma, a tendência do ajuste macroeconômico e reestruturação micro-organizacional estariam possibilitando um maior *mix* do

trabalho em ocupações predominantemente femininas. A contrapartida, contudo, não teria acontecido. Estaria ocorrendo uma diminuição do *mix* de trabalho em setores industriais tidos como o lócus masculino.

A questão da inserção das mulheres no mercado de trabalho foi tema de análise também de Bruschini e Lombardi (2003). De acordo com elas pôde-se observar a constância da inserção feminina no mercado de trabalho, concomitante à má qualidade de suas funções e a predominância dessas em atividades informais e precárias. A atividade feminina chegava, ao final da década de 90 a 47% da população economicamente ativa feminina. Para se ter uma noção, esta taxa, no mesmo período de tempo, chegava a pouco menos de 75% segundo dados do IBGE e PNAD.

Para Sanches e Gebrim (2003) a situação das mulheres no mercado de trabalho é revelada por meio de três indicadores: os de dificuldade de inserção, segundo as quais as dificuldades para obtenção de emprego seriam maiores para as mulheres do que para os homens, tanto que as taxas de desemprego seriam sistematicamente superiores às masculinas; os de qualidade dos postos ocupados, nos quais o trabalho feminino encontrar-se-ia, em maior proporção, em postos de trabalho vulneráveis, representados pelo assalariamento sem carteira assinada, trabalhos domésticos, autônomos e trabalhadores familiares. E de nível de remuneração, os rendimentos da mulher no mercado de

trabalho seriam sempre inferiores aos dos homens, mesmo quando essas exercessem a mesma função e tivessem a mesma forma de inserção. Para os autores esse quadro estaria sendo compensado através de negociações coletivas como formas de melhorias substanciais da situação da mulher no mercado de trabalho, como, por exemplo, garantias relacionadas à gestação, maternidade e responsabilidades familiares – cerca de 80% do total das negociações segundo os autores. Os outros 20% estariam distribuídos entre os temas condições de trabalho (com 8%), exercício do trabalho (menos de 2%), saúde (em torno de 5%) e equidade de gênero (próximo a 4%).

307

Apesar da possibilidade de melhoria das condições de trabalho formal, Girard (2002) conclui que houve um aumento intenso da criação de empregos precários e estes são ocupados preferencialmente por mulheres. No entanto, a autora diz que o desemprego atingiria mais os homens e as mulheres ocupariam os lugares mais vulneráveis, dependendo dos setores. Os homens ocupariam os lugares antes tradicionalmente ocupados por mulheres.

## O LUGAR DO TRABALHO FEMININO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Mesmo longe do consenso, a maioria dos autores tem apontado para a desvantagem do processo de reestruturação

no mundo do trabalho para as mulheres. Para Araújo *et al* (2004), a reestruturação produtiva significaria a emergência de um novo padrão de acumulação que reorientaria o conjunto das relações sociais, transformando, não só a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigurando o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora. Esse seria um processo que transformaria o universo do trabalho, aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora. Os novos arranjos e modalidades produtivas estariam configurando um “novo proletariado fabril”, marcado pelas desigualdades de sexo, raça, etnia e geração. A reconfiguração da classe trabalhadora se daria, então, mantendo e aprofundando as desigualdades e, dentre estas, as desigualdades de gênero que, teria um caráter estruturante, na medida em que definem relações sociais, conferindo lugares e papéis diferenciados para homens e mulheres. Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva teria uma clara dimensão de gênero “pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes, atingem de forma particular as mulheres” (p. 5).

Hirata (1998) demonstra que a transformação do trabalho no contexto da reestruturação produtiva assinala para uma precarização do trabalho desigual entre homens e mulheres. Com a introdução da informática no setor industrial, certas tarefas e profissões que demandam trabalhadores

qualificados estão sendo abertas às mulheres (engenheiras, analistas de sistemas, etc.). É o caso do setor bancário, onde a mão-de-obra feminina em setores qualificados vem aumentando, principalmente, após o processo de incorporação de inovações informacionais (SEGNINI, 1998).

Se, de um lado, algumas pesquisas demonstram que alguns processos de reestruturação produtiva abriram algumas oportunidades de inserção da mulher, uma vez que teria motivado a criação de mais postos de trabalho em atividades tidas como femininas e com maior exigência de educação formal, como nos casos anteriormente descritos, por outro se observa a ampliação de ocupações sem vínculo formal, que pagam menores salários, e tendem a abranger maior rotatividade (MONTAGNER, 2004). É o caso de várias empresas subcontratadas que alimentam as principais cadeias produtivas e onde se encontram condições de trabalho mais precárias.

Hirata (2006), no entanto, faz menção ao que ela chama de bipolarização do emprego feminino dos anos 80 e 90. De um lado se encontrariam e começariam a se destacar entre as mulheres os empregos altamente qualificados, relativamente bem pagos, valorizados socialmente, como por exemplo, juristas, advogadas, médicas, professoras universitárias, pesquisadoras, arquitetas, etc. De outro lado, pôde-se vislumbrar um aumento maciço (onde de encontrariam mais de 90% das mulheres trabalhadoras) das

profissões desvalorizadas socialmente, pouco remuneradas, isto é, empregos que corresponderiam muito estreitamente com as ocupações das mulheres no ambiente doméstico.

Bruschini e Lombardi (2003), ao estudar a estrutura ocupacional feminina, notam que esta se caracteriza, de maneira geral, por dois segmentos distintos de ocupação. De um lado, as ocupações que gozariam de menos prestígio e ofereceria menor remuneração, como por exemplo, as ocupações em serviços administrativos, serventia, higiene, beleza e auxílio à saúde. Estas ocupações seriam responsáveis por 50% das ocupações femininas na década de 90. De outro lado, estariam as ocupações de nível superior, principalmente nas áreas jurídicas, artes e ensino, responsáveis por 18% das ocupações. Isso denotaria o acesso das mulheres ao mercado de trabalho mostrando sua consolidação, principalmente, na década de 90.

Em estudo anterior, Bruschni e Lombardi (2000), apontam para o que elas chamam – assim como fez Hirata – de bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. De um lado, estariam àquelas ocupações que dizem respeito ao ainda grande contingente de mulheres (cerca de 40% da força de trabalho feminina) que se insere no mercado de trabalho em pólos nas quais se incluem as posições menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, remuneração, proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas. Seriam ocupações nas quais as

presenças das mulheres teriam se dado tradicionalmente, como por exemplo, o trabalho doméstico, as atividades sem remuneração e as atividades de produção para consumo próprio ou do núcleo familiar. Incluir-se-ia segundo elas também, entre as continuidades, o elevado contingente de mulheres em alguns tradicionais nichos femininos, como a Enfermagem e o Magistério. Em sentido oposto, as transformações apontariam para ocupações femininas em profissões de nível superior de prestígio, como a Medicina, a Arquitetura, o Direito e mesmo as Engenharas.

É interessante notar, no entanto, como fizeram Guedes e Alves (2004) que, segundo o Censo demográfico feito pelo IBGE em 1991, as mulheres com nível universitário eram as que apresentavam menores salários em relação aos homens de mesmo nível educacional. Esta relação direta entre escolarização e diferencial salarial, segundo eles, poderia ocorrer por duas razões: “por um lado os trabalhadores de estratos educacionais mais baixos são uniformemente mal remunerados (rendimentos próximos da subsistência) e por outro, contrariamente, a variabilidade de rendimentos no topo das carreiras é muito grande, o que gera uma diferenciação maior entre trabalhadores de mesmo nível educacional” (p.13). Esse diferencial crescente de salários entre homens e mulheres diretamente proporcional às carreiras de nível superior é considerado pelos autores como “uma barreira de

fatores de ordem cultural, muito presente e arraigado na vida social, mas de complexa interpretação analítica” (p.13).

Essa interpretação, que leva em consideração o grupo de trabalhadoras com curso universitário, relativiza a idéia de que a conservação das mulheres em “guetos ocupacionais” seja o principal fator que explicaria os altos diferenciais salariais por sexo uma vez que os diferenciais salariais em relação aos homens de mesmo nível educacional não apresentam uma modificação expressiva no sentido de uma melhora. Dessa forma, os autores sugerem um olhar mais específico para a presença de homens e mulheres em cada carreira, o que pode revelar alguns aspectos da relação entre concentração de renda.

Fonseca (2004) defende a idéia de que a necessidade de acumulação de riquezas no sistema capitalista ultrapassa todos os limites do bom senso. Nesse contexto, os processos de reestruturação produtiva, que tem causado inúmeros impactos sobre a mão-de-obra trabalhadora, teriam como principal preocupação as necessidades da produção, prevalecendo a ética do lucro seja qual forem as conseqüências sociais ou a violação de direitos ocorridos devido a esse processo. Uma dessas conseqüências teria sido a exclusão ou, nas palavras da autora, a sub inclusão ou inclusão precarizada das mulheres, o que contribuiria para a perpetuação das desigualdades e o aprofundamento das assimetrias da divisão sexual do trabalho.

Em outro estudo, Hirata (2002) disserta sobre a crise do emprego assinalando os principais pontos de vista sobre os efeitos diferenciais de acordo com o sexo. Uma das constatações versa sobre os critérios de demissões discriminatórias provenientes dos empregadores, cuja lógica procederia de uma expulsão das mulheres do mercado de trabalho em que elas não teriam lugar de pleno direito.

Galleazzi (2006) depreende também, que ao longo dos anos 90 e início do século XXI, o desemprego atingiu proporções sem precedentes na história recente do País, “fato que tem colocado o problema no centro das grandes questões e desafios de nossa sociedade, extrapolando o âmbito do próprio mercado de trabalho” (p.15). O desemprego entre as mulheres, nesse contexto, segundo a autora, tomaria dimensões maiores e desvantajosas devido a discriminações sofridas no mercado de trabalho. A força de trabalho feminina encontraria maiores dificuldades para ser absorvida na atividade produtiva, resultando em taxas de desemprego que apresentariam patamares bem mais elevados entre as mulheres do que os encontrados para a população masculina.

Além disso, os homens e as mulheres seriam separados por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercessem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, dificilmente teriam o mesmo tipo de tarefas e não seriam, nas palavras da

autora, facilmente intercambiáveis. Segundo a autora, o impacto da crise econômica sobre o emprego feminino e masculino além de ter sido quantitativo, foi também, qualitativo (HIRATA, 2002).

Para Kon (2005) ainda se observa na atualidade, que a distribuição do trabalho entre os sexos nas empresas resulta de “visões arraigadas” sobre o papel da mulher na sociedade, na família e mesmo na manutenção da força de trabalho. As escolhas dos agentes econômicos sobre a incorporação dos trabalhadores segundo o gênero nos processos produtivos das empresas, tanto por parte dos empregadores quanto dos trabalhadores à procura de empregos, refletem “a mentalidade dominante de segregação e discriminação que desfavorece as mulheres” (p.7). As relações entre os sexos ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, assim como são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo derivam em grande parte do conceito sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de compatibilizar o trabalho profissional com o doméstico, assim como da qualificação ou capacitação que receberia, segundo ela, uma conotação individualizada de escolaridade para exercer ocupações de maior responsabilidade.

Daune-Richard (2003), salienta que uma das principais pontos em relação às questões de gênero repousaria sob a qualificação do trabalho. A autora argumenta que a tecnicidade é geralmente associada ao masculino e ao trabalho qualificado, sendo socialmente valorizado. Ao contrário, os serviços – excluídos de uma representação em termos de uma tecnicidade e desvalorizados socialmente – são tidos como pertencente ao universo de trabalho feminino. Hirata & Kergoat (2003) concluíram que a atual divisão sexual do trabalho imputa aos homens o trabalho produtivo assim como sua dispensa do trabalho doméstico. Este, ao contrário, é lugar legítimo das mulheres, mesmo que estas estejam se inserindo cada vez mais no mercado salarial.

315

Surge o fato de que o aumento da participação das mulheres na força de trabalho não tem sido acompanhado pela igualdade com trabalhadores masculinos. Segundo Posthuma (1998), o trabalho feminino é caracterizado por vários tipos de exclusão como: segregação setorial e em determinados grupos de ocupação, pequenas chances de ascensão profissional, trabalho em condições precárias ou no setor informal, menor remuneração por hora trabalhada, baixa mobilidade social, etc.

A divisão sexual do trabalho na indústria traz, ainda, elementos adicionais sobre a questão de gênero. É o caso de alguns estudos que contemplam a relação das mulheres e dos homens em relação às técnicas e os processos

empregados na produção. Abramo (1998) aponta para o fato de que se os novos arranjos e encadeamentos produtivos forem orientados, exclusivamente, por uma lógica de redução de custos, a tendência é de que se gerem novos processos de segmentação no mercado de trabalho com desvantagem para toda a força de trabalho, especialmente a feminina, gerando novos processos de expulsão e de precarização. O emprego feminino se concentraria nas pequenas e médias empresas dos setores mais tradicionais da economia, assim como no vasto esquema de subcontratações que serve às grandes empresas. Esse seria o caso de ramos industriais cujo discurso ideológico de trabalho sujo, pesado, perigoso e insalubre demonstraria uma lógica sofismática que corroboraria, sobretudo, com a exclusão do trabalho feminino, uma vez que é justamente nas empresas na base das cadeias produtivas onde o emprego se torna mais precário, instável e os níveis de qualificação geralmente são muito baixos.

A esse respeito, Hirata (2002) diz que as relações sociais entre homens e mulheres fora da fábrica estruturariam a divisão sexual do trabalho profissional, orientando tendencialmente as mulheres para ocupações, os postos, as funções mais simples, independentemente o setor econômico e o grau de modernização e inovação tecnológicas. O que realmente estaria em jogo, seria “as relações de poder e de autoridade entre homens e mulheres” (p.218).

De forma análoga, Rizek e Leite (1998) argumentam que o lugar ocupado pelo trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva poderia ser pensado a partir de três dimensões que explicitariam as segregações de gênero. As mulheres seriam mantidas em postos cujo teor conservaria uma similaridade com o trabalho desenvolvido no lar; a identificação de 'sensibilidades' femininas para tarefas específicas simples e desqualificadas; e "a produção de um consentimento fabril associado à construção de imagens marcadas pela equalização das exigências domésticas e fabris que configuram um feminino dócil e confinado à esfera privada da vida doméstica" (p.64). O mesmo argumento é utilizado por Fischer e Marques (2001) que reiteram a situação de desigualdade no trabalho repete as relações domésticas. Os preconceitos que favorecem a reprodução da inferioridade feminina (mãe, dócil, frágil, dedicada etc.) são apropriados pelos colegas masculinos, que, ao invés de acolhê-la como companheira de trabalho, parceira, indivíduo, aceita-na na condição particular de 'mulher'.

Cappellin (2004) argumenta que há uma disparidade de tratamento assim como discriminações de gênero no trabalho. Para a autora, diagnósticos do IBGE e OIT (Organização Internacional do Trabalho) apontam a presença de discriminações associadas à propagação de estereótipos nos espaços, segundo ela, privilegiados do emprego formal. Por conseguinte, se evidenciaria uma maior fragilidade na

manutenção do emprego formal para as mulheres, o alto índice de desemprego feminino, as desvantagens e as diferenças salariais das trabalhadoras, a formação de “guetos ocupacionais”, etc. Isso decorreria das distinções existentes e assimetrias de expectativas de valores entre quem organiza e quem realiza o trabalho, ou seja, seriam situações onde as formações de valores, motivações e expectativas de resultados viveriam em permanente confronto.

Cabe ressaltar que o conceito de inferioridade, designado ao sexo feminino através da religião, escola, família, onde cotidianamente a própria mulher reproduz a superioridade masculina, se reproduz nas relações de trabalho fabril (BOURDIEU, 1999).

De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado *versus* trabalho doméstico, Fábrica *versus* família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria se estabelecido na ausência do trabalho doméstico. A divisão do trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais.

Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres (...). Muito pelo contrário, trata-se de uma problemática que atravessa e dá sentido ao

conjunto de relações sociais que a expressão “divisão social do trabalho” abrange (HIRATA; KERGOAT, 2003, p.235).

A articulação entre estruturas familiares e esfera produtiva é, muitas vezes, desconhecida nos estudos acerca do trabalho. E, subjacente a essas, a questão das identidades sexuais. Hirata (2002) demonstra como essas identidades são “exploradas pelo trabalho” fabril. “Dos operários, exigem-se força física e resistência para efetuar um trabalho mais pesado, mais sujo e mais perigoso, e das operárias a execução de trabalhos considerados mais fáceis, mais leves e mais limpos”. (p.267). É importante considerar, contudo, que essa noção parece se apoiar num raciocínio sofismático, uma vez que literatura já aponta para a precarização do trabalho da mulher em detrimento do trabalho masculino, como por exemplo, o trabalho de mulheres que lidam com elementos tóxicos como cola de sapateiro em fábricas de sapato.

Mesmo assim, há setores em que tradicionalmente os homens é que estão sujeitos a maiores riscos. Dejours (1987), em seu estudo sobre a psicopatologia do trabalho, elenca certas categorias profissionais expostas a maiores condições de risco físico e psíquico em detrimento de outras. Seria o caso da construção civil, indústrias de preparação de produtos tóxicos ou mesmo certos trabalhos repetitivos assim como alguns setores tidos como “pesados” em determinados ramos industriais. Demonstra que o medo, intrinsecamente

relacionado à noção de risco, e conseqüentemente às categorias supramencionadas, está associado inúmeras vezes ao trabalho masculino. Correr riscos seria um trabalho eminentemente de “macho”, independente da ansiedade e dos problemas psíquicos a que isso pode acarretar, o que demarcaria os homens em ocupações mais perigosas, insalubres ou que demandem maior esforço físico.

Borsoi (2002) chega à constatação semelhante, ao pesquisar o que ela chama de “os sentidos do trabalho na construção civil”. No entender desta autora, a satisfação dos trabalhadores desse segmento repousaria sob o trabalho enquanto garantia de sobrevivência, acima de tudo. A autora ressalta, não obstante, que o que seria gratificante no trabalho desses operários não seria a tarefa em si, considerada cansativa, pesada, e muitas vezes, perigosa, mas sim a possibilidade do cumprimento de provedor da família. Este sentimento assenta-se sob a percepção do cumprimento de seu papel enquanto homem:

Trabalho, além de significar sustento, sentimento de unidade, lugar de construção de vínculos, significa também a afirmação da virilidade, posto que pode ser modo de expressão da força, da coragem, do caráter do macho (BORSOI, 2002, p. 322).

Emerge das constatações anteriormente descritas a consideração que, a partir desses atributos (e das atitudes,

tidas como essenciais a uma identidade viril), decorre a aceitação, por parte dos trabalhadores homens, de condições de trabalho insalubres, além da recusa da possibilidade do trabalho feminino tido como “frágil”. A idéia de um trabalho viril, ligada à satisfação pelo cumprimento do papel de provedor (estritamente relacionada às diferenças de remuneração), corrobora para a conformação da divisão sexual do trabalho.

Nestes termos, há que mencionar, que alguns trabalhos, apesar de pontuais, já começaram a levar em consideração os processos de identidade construídos no trabalho. Araújo *et al* (2004), por exemplo, discorrerem sobre o que elas chamam de “múltiplos sentidos e significados no trabalho”, onde haveria sentidos vivenciados de forma objetiva, ou subjetivamente distintos por homens ou mulheres, por brancos e afros-descendentes, por jovens ou trabalhadores mais velhos, de modo que há conseqüências distintas de acordo com cada grupo ou categoria de análise. Por isso, homens e mulheres, jovens ou mais velhos, no entender das autoras, estariam implicados de modo distintos, vivenciando e percebendo os processos de mudanças (no caso deste trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva) de diferentes maneiras.

Contudo, como vimos neste item, apesar da literatura começar a apontar para estudos desse tipo, que levem em consideração as identidades no trabalho, a carência de

trabalhos é, ainda, muito grande, o que dificulta qualquer conclusão prévia. A literatura apresenta aspectos convergentes e divergentes. Convergem quando concluem que as transformações no mundo do trabalho têm trazido mais problemas e precariedade ao trabalho da mulher do que novas oportunidades. E divergem exatamente em relação a essas oportunidades quando apresenta dados conflitantes em relação ao emprego feminino e masculino e como a precarização afeta homens e mulheres.

## IDENTIDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E DO TRABALHO

322

A despeito dos principais impactos sobre o trabalho feminino ou masculino, as transformações no mercado de trabalho, em termos de inserção feminina, tem trazido a questão do papel do provedor no grupo familiar e de divisão das tarefas domésticas, o que tem contribuído para uma possível reconfiguração das identidades tradicionais de gênero.

A literatura tem mostrado que as mutações em curso na estrutura do mercado de trabalho, em que pese o aumento do número de mulheres no mercado ocupacional, não têm sido acompanhadas da mesma forma por decisões negociadas no ambiente do trabalho doméstico, sendo influenciado, talvez,

por uma estrutura de percepção patriarcal<sup>70</sup> que dificultaria a aceitação masculina com esse tipo de função.

Hirata (2004), relaciona as transformações na divisão sexual do trabalho doméstico com o desenvolvimento, no mundo inteiro, do setor terciário, especialmente os serviços pessoais, o trabalho doméstico remunerado, os cuidados com relação às crianças assim como às pessoas idosas. Disserta que tais serviços, geralmente associados à força-de-trabalho feminina e considerada “naturalmente” tarefas femininas colaboram para o aumento da instabilidade e da precariedade de uma grande proporção da força de trabalho feminina, o que poderia acarretar na diminuição “do estatuto já subvalorizado do trabalho doméstico”. (p.18). Tal processo seria possível pela delegação de uma série de cuidados

323

---

<sup>70</sup> Segundo Bourdieu (2001), os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: “tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático (...), como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas” (BOURDIEU, 2001, p. 169). Para o autor a relação com o mundo é uma relação de pertencimento, de presença no mundo, no sentido de ser possuído por ele. Porém, o envolvimento desse agente com esse mundo não instaura uma relação de consciência exterior, mas de uma relação estreita com um mundo que se revela no corpo sob a forma de habitus. A ação para Bourdieu não seria, portanto, nem puramente reativa a estímulos sociais externos, nem puramente consciente e calculada, mas produto de uma história que o próprio habitus contribui para transformá-la. Seria a inter-relação entre a história objetiva das coisas sob a forma de estruturas mais a história encarnada nos corpos, sob a forma de habitus que se criaria o sentido da ação. Bourdieu dirá que as estruturas do mundo social estão no próprio esquema cognitivo do corpo, de forma que a história se comunicaria de alguma maneira consigo mesma. O habitus seria, portanto, o conjunto dos esquemas de percepção da apreciação e ação inculcada pelo meio social em um determinado momento e lugar. Apareceria como a mediação entre as condições objetivas e os comportamentos individuais

domésticos de mulheres com mais recursos para mulheres com menos recursos.

Segundo Nobre (2004), no Brasil, o emprego doméstico foi o setor que mais criou postos de trabalho nos anos 90. A autora demonstra que em 2001, eram seis milhões de pessoas. Dessas, 94% eram mulheres e 66% eram negros. Apesar de se observar um aumento da formalização do emprego doméstico, apenas  $\frac{1}{4}$  das mulheres trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social. (p. 65).

Para Hirata (2004), este “modelo de delegação” tenderia a superpor-se ou mesmo substituir o “modelo de conciliação” entre a vida profissional e a vida doméstica. Por si só, essa amplitude de mulheres no emprego doméstico já seria motivo de preocupação. Porém, em pesquisa recente, Semião (2004) apresenta dados do IBGE para demonstrar que 503 mil trabalhadores domésticos não completaram 17 anos de idade. Além do mais, a grande maioria dessas trabalhadoras, são mais susceptíveis a doenças, vão com menos frequência ao médico e são, muitas vezes, dispensadas pelos seus patrões quando acometidas com alguma doença considerada mais grave.

Em termos de estrutura familiar, o modelo de família baseado nos papéis do homem/provedor e da mulher/dona-de-casa aparece como um processo em significativo declínio ao longo da segunda metade do século XX. Essa tendência

seria encontrada tanto em países centrais, como os Estados Unidos, como em países periféricos, como o Brasil. O declínio desse padrão familiar reflete as alterações ocorridas na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade. Transformações de valores que tem afetado de modo decisivo a estruturação da família tradicional, na qual o chefe da família era responsável pelo controle e decisão sobre os demais integrantes da família (OLIVEIRA, 2005).

Dados extraídos da PNAD / IBGE demonstram que em 2001, 42% dos homens declararam realizar algum tipo de afazer doméstico, contra 90% das mulheres, o que demonstraria, ainda, uma menor responsabilidade do homem na organização doméstica, cabendo às mulheres o ônus do trabalho nesse tipo de conformação. Para Dedecca (2004), a maior “responsabilidade” se traduziria em um uso do tempo extremamente desigual entre homens e mulheres. Apesar da tendência de uma menor jornada de trabalho de caráter econômico exercida pelas mulheres, estas possuiriam uma jornada total superior à dos homens, levando-se em consideração que as mulheres desempenhariam uma jornada de trabalho em afazeres domésticos, em média, três vezes maior àquela realizada por homens.

Bruschini (2004) demonstra que, a partir dos anos 90, o perfil das mulheres no mercado de trabalho no Brasil aponta para trabalhadoras mais velhas, casadas e com filhos. Contudo, segundo ela, as responsabilidades domésticas e

familiares permaneceriam sobrecarregadas sobre as próprias mulheres. Isso contrasta com o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, que chegaria ao final da década de 90 a 26%.

Laufer (2003) expõe que, apesar da igualdade profissional e salarial em pauta na agenda política das democracias ocidentais, a divisão desigual do trabalho familiar e doméstico pesa sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e limita a autonomia das mulheres.

Se para os homens, historicamente, o direito ao tempo livre constitui-se em um direito de cidadania – com a redução do tempo de trabalho e com as férias pagas, os assalariados reivindicavam uma liberdade de existir também fora do trabalho – para as mulheres, o caso foi diferente. Suas reivindicações visavam o acesso igual à cidadania pelo direito de ter um emprego. Para elas, o direito ao trabalho assalariado significava a liberdade de existir fora de uma posição de subordinação doméstica (LAUFER, 2003, p. 133).

Essas diferenças salientam a contenda das identidades tradicionalmente assumidas por homens ou mulheres e a percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho. Sorj (2005) demonstra como a nossa percepção sobre as relações de gênero foi historicamente transformada.

De acordo com a autora, desigualdades aceitas como justas passaram, principalmente após os movimentos feministas do século XX, a ser socialmente deslegitimadas; uma dessas é a exclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo e a despeito de uma relativa convergência entre homens e mulheres, é importante ressaltarmos que a divisão sexual do trabalho doméstico em parâmetros mais tradicionais (o trabalho do homem é de provedor e da mulher cuidar da casa e da família) é ainda corroborada por boa parte das mulheres<sup>71</sup>, fazendo com que coexistam valores tradicionais e também igualitários dentro do sistema de percepção das relações de gênero (SORJ, 2005).

Assentado sob esta perspectiva, Araújo e Scalon (2005) ao estudarem o tema gênero, trabalho e família em perspectiva comparada concluíram que as transformações nos padrões de organização familiar e nas relações de gênero comportariam dimensões que seriam aparentemente conflitantes. Para elas haveria a coexistência de valores e práticas que tendem para o mais moderno junto a outros

327

---

<sup>71</sup> Para Bourdieu (1999) todos os atos de submissão teriam uma dimensão simbólica, de forma que a dominação sempre colocaria em jogo as estruturas cognitivas que, aplicadas às estruturas sociais, estabeleceriam relações de sentido. Para ele, a dimensão simbólica das relações de dominação se encontra inscrita no corpo, como habitus. Assim, a violência simbólica, mais que uma violência física, ou qualquer outra forma de coação mecânica, constitui o mecanismo de reprodução social, o meio mais forte de se manter a ordem, como no caso da dominação masculina. "As oposições inscritas na estrutura social dos campos servem de suporte a estruturas cognitivas, taxinomias práticas, muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos e cognitivos" (BOURDIEU, 1999, p. 124).

ainda muito conservadores, apesar da tendência das mudanças de valores irem à direção de uma perspectiva mais igualitária.

Para Picanço (2005), o trabalho doméstico reproduz, muitas vezes, valores tradicionais das sociedades ocidentais que conotam certos sentidos para a ação. O trabalho doméstico, assim como o trabalho assalariado, comporta determinados valores que estimulam motivações e sentidos. Tais valores, historicamente concebidos, têm passado por um processo de mudança, transformando as motivações e os sentidos. O que antes era uma simples definição do lugar ocupado na vida, o trabalho doméstico é agora, para muitas pessoas, uma obrigação compartilhada.

Contudo, se por um lado essas transformações têm propiciado uma maior inserção feminina na estrutura sócio-ocupacional da sociedade e uma negociação um pouco maior das decisões dentro do núcleo familiar, por outro é possível evidenciar uma complexa e talvez implícita forma de reprodução da desigualdade de gênero, principalmente no que consiste ao trabalho doméstico. É possível afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico, até mesmo naquelas famílias em que a mulher está inserida na esfera produtiva e contribui para o orçamento doméstico, se apóia, ainda, num sofisma que legitima o lócus de poder do homem sobre a mulher.

É necessário destacar que, para boa parte da literatura sobre trabalho doméstico, a divisão das tarefas domésticas tem se reproduzido em uma separação entre produção, considerada função masculina e reprodução, considerada função feminina. O cuidado com a casa e a educação dos filhos – futura força de trabalho para o sistema capitalista – seria, ainda, realizado basicamente pelas mulheres, não sendo elas mesmas consideradas como uma força de trabalho livre, uma vez que tais responsabilidades limitam sua trajetória no mercado de trabalho assalariado (NOBRE, 2004).

De uma forma geral a literatura tem tratado o tema privilegiando abordagens que consideram a estrutura de família tradicional, convencional. De acordo com Kon (2005), o estudo da divisão sexual do trabalho na sociedade, deve ser compreendido a partir das funções impostas ao homem e à mulher na divisão sexual do trabalho na família que, segundo ela, sempre estiveram implícitas nas instituições culturais (políticas, sociais e econômicas), das sociedades em várias fases de evolução. Desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial dentro da família, o homem e a mulher desempenham papéis distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. Desde então, a atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho. Desta função se originariam as distintas formas que tem assumido a subordinação feminina, em diferentes sociedades de maneira que a

participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos seriam considerados resultados de suas atividades de reprodução. Ressalta, ainda, que grande parte das análises econômicas na atualidade aceita essa forma de divisão do trabalho como algo dado, ou seja, na divisão sexual do trabalho, o papel da mulher ainda é definido para a contribuição à reprodução biológica da força de trabalho, isto é, para a procriação e criação dos filhos.

No entanto, abordagens como esta têm ignorado novas formas de associação e interação entre pessoas, que podem ser do mesmo sexo, por exemplo, ou pessoas que não vêm na família nuclear burguesa como a única e melhor forma de estrutura familiar. Não obstante a convivência de distintos padrões de relacionamentos, a conformação familiar tradicional tem assumido novos contornos, e estes subjazem à própria noção de destradicionalização, entendida aqui como um processo de mudança dos parâmetros clássicos das identidades sexuais. Tal processo pode estar relacionado com a emergência de uma “nova sociedade”, baseada no consumo fugaz de bens facilmente substituíveis que tem influenciado na percepção da própria identidade de gênero – uma época de incertezas, com diferentes modos e hábitos de vida que se comunicam rapidamente e são incapazes, cada um desses, de impor uma hierarquia de valores – favorecendo transformações na divisão sexual do trabalho doméstico

(MATOS, 2005). Entre as famílias operárias, essa idéia de estrutura familiar ainda é muito arraigada no discurso, apesar do lento processo de mudança de percepção que a literatura tem apontado.

É pertinente supor, que a persistência de desigualdades na distribuição de atribuições das tarefas domésticas, ainda que seja possível observar algumas mudanças mais recentes, assim como a própria deslegitimação do trabalho feminino (mesmo quando essas passam a desempenhar o que antes era considerado um trabalho masculino e socialmente valorizado), ainda que em padrões clássicos de família, serve como um subsídio para entendermos os possíveis desdobramentos para as identidades de gênero associadas a famílias operárias como, por exemplo, a pesquisa realizada por Peticarrari (2007) com trabalhadores metalúrgicos. Neste estudo o que está em jogo são as transformações no mundo do trabalho, como um dos principais fatores na (des) construção da identidade de gênero, com o aumento de mulheres, mesmo em funções tradicionalmente tidas como masculinas, e a progressiva participação das mulheres como provedora do grupo familiar.

331

### A CONSTRUÇÃO DO MASCULINO

Como afirmado anteriormente, gênero é uma categoria histórica e como tal está aberta às transformações históricas.

A masculinidade, por sua vez, é uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, que por sua vez reproduz as estruturas reais. Falar de uma configuração prática significa realçar aquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que delas é esperado; e significa destacar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico (CONNEL, 1995). Contudo, que o conceito de masculinidade está, geralmente, colocado em valores físicos e que a maioria dos estudos sobre identidade masculina está mirada para a sexualidade “tanto que até os dicionários da língua portuguesa apresentam ‘masculinidade’ como sinônimo de virilidade” (ELMÔR, 2002, p. 33). Embora já em 1920, e 1930, Malinowski, Mead, Freud e outros estudiosos fizessem referência ao “masculino” e ao “feminino”, é na década de 60, a partir dos movimentos feministas e dos movimentos gay e lésbico, que o interesse pela masculinidade como objeto de estudo em âmbito social tem seu início, sobretudo nos Estados Unidos e Inglaterra.

Em seu estudo sobre a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas no contexto, especificamente norte-americano, Kimmel (1998) parte do pressuposto que as masculinidades são socialmente construídas, que variam de cultura para cultura, no transcorrer de um certo período de tempo, além de mudarem através de um conjunto de outras variáveis, de forma que o uso do termo no plural significaria reconhecer que masculinidade tem um

significado diferente para diferentes grupos de homens e em diferentes momentos. Analisa a partir de uma perspectiva histórica, transcorrendo na identificação de vários modelos de masculinidades que são produzidos socialmente.

No final do século XVIII, dois modelos de masculinidade poderiam ser vistos nos Estados Unidos: O “patriarca gentil”, o homem que derivou sua identidade pela posse da terra. Era considerado um pai devotado, que passava muito do seu tempo com a sua família; O “artesão heróico”, que incorporava a força física e a idéia do artesão urbano independente. No século XIX, uma nova versão de masculinidade teria emergido: o “*self-made man*”, onde sua masculinidade deveria ser demonstrada e provada no mercado, pois se trataria de um homem de negócios.

Kimmel (1998) demonstra como esses modelos de masculinidade foram sendo transformados de acordo com a expansão sócio-econômica da sociedade americana, surgindo novos ideais de masculinidade, principalmente, o advento da idéia do homem que buscava demonstrar a sua aquisição de masculinidade bem sucedida através da desvalorização de outras formas de masculinidades, posicionando, segundo ele, o hegemônico por oposição ao subalterno, transformando os diferentes “nos outros”. Dessa maneira, surgiriam vários modelos subalternos, como por exemplo, o *irlandês*, que era visto como não sendo de uma raça pura na Bretanha; os *italianos*, vistos como passionais demais para possuírem o

autocontrole masculino; os *judeus*, que eram “almofadinhas” demais; os *asiáticos*, visto como pequenos demais e demasiadamente gentis. Ou seja, produzindo o ideal de uma masculinidade hegemônica que se disseminou para o mundo todo.

Vale de Almeida (2000) concorda que essa masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerceria sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino. Além disso, essa masculinidade não seria simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionariam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. Dessa maneira, a masculinidade seria um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser, devendo ser considerada uma questão importante é a diferenciação do comportamento individual segundo características como, classe social, percursos individuais e, sobretudo geracionais.

Oliveira (2004) denota que o ideal moderno de masculinidade durante os séculos XVIII, XIX e parte do século XX, representou a imagem mais positiva que a civilização ocidental moderna fez de si mesma.

Características como potência, poder, força, coragem, atividade, ousadia, valentia, vigor,

eficácia, robustez, firmeza, imponência, inteligência, intensidade, integridade, invulnerabilidade, estiveram frequentemente associadas ao ser masculino e foram pensadas como qualidades em si, que a própria sociedade moderna gostava de se auto projetar (OLIVEIRA, 2004, p. 281).

Na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna “o amor romântico se insinuava como um modelo novo de relação conjugal e prenunciava a conformação de uma instituição–chave para a sociedade burguesa: a família monogâmica” (Oliveira, 2004, p. 22). Por conseguinte, além da eleição do domínio privado como lócus adequado para a manifestação dos sentimentos pôde-se observar um esmaecimento das expressões desenfreadas das emoções.

Nesse contexto, não seria exagero dizer que a formação do atual Estado-nação enquanto instituição moderna guardou papel fundamental e determinante na conformação de comportamentos socialmente considerados como autenticamente masculinos.

Os ideais medievais de bravura e destemor passaram agora a integrar as características fundamentais do soldado devotado e heróico. Expressia-se cada vez mais a imbricação entre militarização, nacionalismo e masculinidade (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Da formação dos Estados modernos até a primeira década do século XX – marcada pelo movimento expansionista colonial europeu que visava a incorporação de novos territórios sob a égide do novo Estado – pôde-se verificar um clima belicoso entre as nações, que aumentava com a busca de novos mercados consumidores. A I Grande Guerra foi tributária dessa atmosfera militar que, após quatro anos, iria produzir, principalmente junto aos derrotados, movimentos com forte apelo ao ideal mítico de masculinidade.

Frutos dessa conjunção, o nazismo, bem como o fascismo e o socialismo buscaram de várias formas inculcar nos jovens um espírito agressivo e belicoso e nessa busca a exacerbação da masculinidade. “Nos momentos de crise (...) enaltece-se os modelos viris que são divinizados, senha para a libertação de movimentos trágicos e monstruosos”. Concomitantemente e, principalmente, após essas insurgências políticas, seria acrescentado um novo elemento: A fábrica. “Ao devotado soldado guerreiro, acrescentar-se-ia o modelo de trabalhador exemplar e responsável como paradigma do homem autêntico” (OLIVEIRA, 2004, p. 41- 43).

O taylorismo/fordismo com sua imposição efetiva de como o trabalho deve ser executado, o crescimento da burocracia e o aumento da hierarquia, a intensificação do trabalho, características estas que exigiam do trabalhador uma vida regular, ou seja, uma vida pessoal regulada pela lógica da fábrica, estabelecendo um comportamento

adequado às necessidades industriais como limites mínimos de garantia da produtividade da força de trabalho, junto à criação das corporações modernas, que disciplinava a sociedade pelo horário da fábrica, fez com que se cultivasse o ideal de um novo homem, devotado à família e cumpridor dos bons costumes (HARVEY, 1993).

Mais do que bons provedores, o realce dado à figura paterna no seio da vida familiar sempre foi enfatizado por instituições, principalmente a igreja, e vinha ao encontro dos emergentes ideais burgueses. “A ação conjunta das instituições modernas constituía e garantia as bases sociais do modelo viril emergente” (OLIVEIRA, 2004, p. 49). Nesse contexto as funções da mulher eram claras: mãe, educadora, provedora de afeto, carinho. Ao pai, provedor do lar e protetor por excelência de toda a sorte de invasores caberia manter a tranqüilidade do núcleo familiar. Toda uma conjuntura reforçava esse cenário familiar característico: “das leis civis aos preceitos religiosos, passando pelas narrativas e romances populares, que apoiavam os estereótipos de gênero” (OLIVEIRA, 2004, p. 49).

É nesse contexto que a elaboração imaginária do lugar simbólico feminino (delicada, frágil, insegura e agora responsável pelos afazeres domésticos) ganhou força, de forma que sua projeção num agente masculino se tornou, cada vez mais, sinônimo de infâmia, desonra,

desclassificação social e passível de ser classificado como comportamento desviante.

A masculinidade destacou-se como um valor básico sobre o qual a sociedade burguesa construiu sua auto-imagem. Os desviantes forneciam o modelo às avessas, contratipo que figurava como a antinorma, o antiparadigma do homem burguês (OLIVEIRA, 2004, p. 78).

Apesar de muitos desses elementos simbólicos perdurarem até os dias atuais, há que se ressaltar que alguns aspectos da sociedade contemporânea têm favorecido algumas transformações no ideal moderno de masculinidade. Distintas mudanças socioestruturais têm ocorrido, principalmente, no que tange o surgimento de novos modelos de produção capitalista, com conseqüências para a divisão social do trabalho.

Do ponto de vista sociológico, a recente organização social tem sido descrita como capitalismo tardio, ultramodernidade, sociedade pós-industrial, flexível, ou seja, novos padrões de acumulação têm engendrado novas dinâmicas de interação social, em que pese a divisão sexual do trabalho familiar. As novas possibilidades científicas e tecnológicas e a tradução destas em novos arranjos produtivos, sobretudo a partir dos anos 80, deram novo impulso a este processo, conformando um novo paradigma técnico econômico, o qual se mostrou apto a provocar

substanciais transformações não apenas na dinâmica econômica, mas também social, política e mesmo cultural (FREEMAN; PEREZ, 1988).

O desmonte da grande empresa, junto ao fim da racionalidade total assim como o surgimento do experimentalismo e da fragmentação bem como da subcontratação, demarcam uma condição “pós-moderna” em que se enfatiza a transformação tempo/espaço (HARVEY, 1993). Essas transformações têm incidido sobre várias instituições desmantelando certezas que foram de fundamental importância na construção de ideais modernos (BAUMANN, 2003), dentre eles o de masculinidade.

No rol dessas mudanças, destacam-se àquelas no seio do núcleo familiar burguês. Esta, constituída até então pela esposa devotada e filhos orbitando em torno do pai com sua dominação incontestável, se vê inserida em uma crise de inversão de valores, com destaque para a dificuldade em compatibilizar casamento com trabalho e vida pessoal. Como conseqüências vêem-se “a postergação cada vez maior para o vínculo conjugal e crescente formação de relacionamentos sem vínculos legais” (OLIVEIRA, 2004, p. 78), por conseguinte “a falta de legalização enfraquece a autoridade patriarcal, tanto institucional quanto psicologicamente” (CASTELLS, 1999, p. 174).

A ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação baseada na idéia de que o provedor da família goza de

privilégios foi abalada. A vida familiar nos moldes conservadores não se ajustaria mais ao agente pós-moderno, sendo o lar para este, uma verdadeira prisão (OLIVEIRA, 2004). Para Baumann (2003):

As chances de que a família sobreviva a qualquer de seus membros diminui a cada ano que passa: a expectativa de vida do corpo mortal individual parece uma eternidade por comparação. Uma criança média tem diversos pares de avós e diversos “lares” entre os quais escolher – por temporada, como as casas de praia. Nenhum deles se parece com o verdadeiro e único lar (BAUMANN, 2003, p. 47).

Junto a essas transformações, a idéia de masculinidade hegemônica, isto é, aquela de homens brancos, heterossexuais, de setores médios da população, que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes, passou a ser questionada. (ARILHA, 1998). Segundo Badinter (1993), essa hegemonia masculina é conquistada a um alto custo, o que seria uma batalha diária. A autora demonstra que esse esforço para se estar a altura do que se espera ser homem (viril) é um processo cuja deflagração se deu a partir do movimento feminista dos anos 60 que fez evaporar a característica universal masculina aceita, até então, como “natural”. Como demonstra a autora, até o século XVII, a mulher era medida segundo o padrão de

perfeição masculina. A partir do século XVIII, a mulher passaria a ser diferenciada do homem por seu espaço, sendo este incumbido da criação, produção e política. “A esfera pública é seu elemento natural” (p.9) diz a autora. Hoje a masculinidade seria um conceito relacional, pois seria definida em relação à feminilidade. Dessa forma, é válido dizer que não existe um modelo masculino universal.

Como diz Kimmel (1998), se hoje estamos procurando uma visão da masculinidade hegemônica contemporânea “a do executivo globalizado, com telefone celular, laptop, assento na classe executiva, engravatado” poderia ser o retrato e não precisaríamos olhar além dos grupos que têm sido excluídos, como por exemplo, mulheres, homossexuais, negros, velhos, etc.

É por isso que Vale de Almeida (2000) ressalta a necessidade de se analisar formas de culturas distintas, num contexto etnográfico, onde é possível ponderar as masculinidades em conjunturas geracionais e de grupos específicos, onde o mais importante poderia ser a própria desconstrução da masculinidade hegemônica, percebendo a sua volatilidade, ou seja, a sua historicidade.

Dessa maneira, há que se ponderar que a própria percepção da masculinidade é algo difuso, porém específico se considerarmos trajetórias particular, como no caso, em que a mulher ocupa, cada vez mais, posição de destaque no mercado de trabalho. Uma das questões que emerge deste

contexto é a própria dificuldade do homem em aceitar o trabalho doméstico em detrimento ao público.

Se existe uma obrigação moral de trabalhar, de sustentar as suas famílias e também, sacrificar o corpo, todas como elementos prestigiantes e capital simbólico de masculinidade, existe, porém, uma utopia da preguiça e do lazer, da abundância oriunda da riqueza, da limpeza do trabalho não braçal. E isso, para os trabalhadores operários é um ponto de tensão, dada que uma das únicas formas de importância social é no símbolo de homem trabalhador (VALE DE ALMEIDA, 2000).

342

Bourdieu (1999) tratou desses esquemas de pensamento em relação à construção das identidades em seu trabalho sobre a dominação masculina. Segundo ele, essa “batalha moral” derivaria de estruturas de percepção encarnada nos corpos sob a forma de “*habitus*”. Para ele:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos

homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 1999, p.18).

A pior humilhação para um homem consistiria em ser “transformado em mulher”. Além do mais, como pudemos perceber no autor, essa é uma relação de dominação que a própria estrutura patriarcal lhes impõe, fazendo com que os atos, tanto masculinos como femininos, acabem sendo inevitavelmente, atos de reconhecimento e de submissão. Isso poderia ser visto, por exemplo, no ato da conquista, concebido pelos homens como uma forma de apropriação, de posse. Diferente das mulheres, que estariam socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e cheia de afetividade que incluiria ‘toques’, ‘carícias’, ‘abraços’. “Os rapazes tendem a compartimentar a sexualidade concebida como ato agressivo e, sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo”, ou seja, como forma de dominação. Outro exemplo é a desonra para um homem em assumir o papel de “mulher dona-de-casa” (BOURDIEU, 1999, p.30).

Por hora, salientamos que o princípio dessa visão dominante e que faria com que as pessoas percebessem o mundo segundo este mesmo princípio, se daria à custa, e ao trabalho, de uma socialização difusa instituída pela arbitrariedade cultural. Essa orientaria as distintas identidades inscritas nos corpos através de “injunções tácitas, implícitas

nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (BOURDIEU, 1993, p. 34).

Essas relações instituídas entre os gêneros se inscreveriam também, segundo Bourdieu (1999) nos princípios de visão e de divisão, que levariam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. Caberia aos homens, localizado do lado exterior, do oficial, do público, a realizar todos os atos tidos como perigosos e espetaculares. Às mulheres, pelo contrário e situadas do lado do interior, do privado, caberiam os trabalhos domésticos, escondidos, “até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças” (BOURDIEU, 1999, p.41). São as mulheres que seriam encarregadas das preocupações vulgares da gestão cotidiana da economia doméstica.

A divisão sexual estaria incorporada na divisão das atividades produtivas, associadas à idéia de trabalho, bem como no capital simbólico, que atribuiria aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, de ‘trocas de honras’, ‘trocas de mulheres’, etc.

Como diz o autor, “não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza” (p.75), já que além do fato de que o homem não poder ‘rebaixar-se’ a desempenhar determinadas tarefas tidas, socialmente, como inferiores, as

mesmas tarefas acabam se tornando nobres e difíceis quando realizadas por homens, ou insignificantes, fáceis, quando realizadas por mulheres (BOURDIEU, 1999).

Dessa maneira, a masculinidade é uma noção relacional, edificada a partir dos outros homens, pelos homens, para os homens e contra a feminilidade, “por uma espécie de medo do feminino e construído, primeiramente dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 1999: p.67).

O arquétipo do homem superviril, no momento em que a mulher assume posição cada vez mais atuante no espaço público pode ser fonte de sofrimento e inquietação, especialmente àqueles que orbitam entre o *lócus* do seio doméstico e posições desprivilegiadas no mercado de trabalho em relação a suas companheiras. Há, entretanto, que considerar que a construção e o exercício da masculinidade em termos de trabalho podem representar uma experiência enriquecedora para boa parte dos agentes masculinos, mesmo àqueles envolvidos nos esquemas de percepção patriarcal, dependendo dos modelos de família e dos padrões de divisão do trabalho encontrados.

345

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sociológica sobre o trabalho tem tratado o tema das relações de gênero de forma muito homogênea e não consensual, onde há a predominância do discurso de

precarização do trabalho da mulher em detrimento de estudos que levem em consideração as dimensões simbólicas do trabalho como um todo, especialmente, sobre a percepção a respeito do trabalho do homem, a partir de uma perspectiva identitária.

Nestes termos, observamos que a sociologia tem dado preferência aos estudos quantitativos ou mesmo estudos qualitativos, mas que sempre levam em consideração o trabalho específico da mulher, deixando algumas questões de fora do debate, como por exemplo, a construção das identidades (principalmente do homem) no ambiente de trabalho. Além disso, os dados tendem a divergir em relação às novas oportunidades trazidas pelo fenômeno de reestruturação produtiva em relação ao emprego feminino e masculino (quem tem perdido mais com isso?), o que nos gera a dúvida de que tem sofrido mais com essas mudanças e o que nos estimula a diversificar nossa análise em direção a uma abordagem um pouco diferente, que leve em consideração como propõem Araújo *et al* (2004) a especificidade de setores e grupos e os aspectos simbólicos a eles relacionados.

Vimos que ainda há a persistência de desigualdades na distribuição de atribuições das tarefas, ainda que seja possível observar algumas mudanças mais recentes. A observação de que tem havido alterações na estrutura da divisão sexual do trabalho, nos obrigou a tratar das esferas da

construção das identidades masculinas atreladas, especialmente, no âmbito do trabalho.

O conceito de identidades (escolhido em detrimento do conceito de papéis, por demonstrar o caráter mutável daquela) tem sido entendido na sociologia enquanto construções sociais e históricas que podem variar com o tempo e a sociedade em que o indivíduo se insere. Essa abordagem permite entender a identidade masculina como algo dinâmico, que tem sofrido alterações (o que se vive é um período de mudança e transição para novas formas de masculinidade, ou seja, novas relações ainda não inteiramente configuradas), pois falar em crise denotaria corroborar com um discurso preconceituoso e conservador que colocaria a masculinidade num altar, que teria que ser alcançado por todos os indivíduos.

Por último, constatamos que as masculinidades são construídas historicamente e sido socialmente entendidas de diferentes formas, o que torna necessário a análise contextual de grupos específicos para que não incorramos no equívoco de tratar a identidade masculina como única e incontestável. O significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro, de maneira que o mesmo contexto pode produzir histórias diferentes, "ligando biografias através de especificidades contingentes" (BRAH, 2006, p.362).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

348

ABRAMO, L. **Um olhar de gênero**. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. Gênero e trabalho na sociologia latino – americana. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998. CD-ROM.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ARAÚLO, A.C.; AMORIM, E.R.A.; FERREIRA, V.C.. **Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva**. Artigo apresentado no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. **Anais**, Coimbra, Portugal, 2004. CD-ROM.

ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade” In: ARILHA, M. UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. **Homens e Masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998.

BADINTER, E. **XY Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1993.

BARROS, R.P. Conseqüências de um novo padrão de inserção das mulheres no mercado de trabalho sobre o bem estar na região metropolitana de São Paulo. In: CEPAL. **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**, 2006.

BARROS, R.P., **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Texto para discussão, Rio de Janeiro: IPEA, n. 453, 1997.

349

BAUMANN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORSOI, I. C. F. Os Sentidos do trabalho na construção civil: o esforço alegre sem a alegria do esforço. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Editora vozes, 2002.

BOURDIEU, P., **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 157-251, 2001.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p. 329 – 376, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. n. 110, p. 67-104, julho, 2000.

\_\_\_\_\_. Mulheres e Homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

BRUSCHINI, C. Trabalho de Mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34. n. 121. p.105-138, jan- abr. 2004.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPPELLIN, P. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética da reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES,V.

(Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT – Brasil, 2004.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONSONI, F. L. **Dez anos de estrutura de emprego na indústria automobilística brasileira: rupturas e continuidades (1986-1995)**. Campinas: UNICAMP, 1998. Dissertação (Mestrado em política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

351

DAUNE-RICHARD, A. Qualificações e representações sociais. IN: MARUANI, M. & HIRATA, H. (orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

DEDECCA, C.S. Tempo, trabalho e Gênero. IN: COSTA, A., OLIVEIRA, E. & SOARES, V. (orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cotez, 1987.

ELMÔR, M.G. **Masculinidade em jogo**: um estudo sobre papéis masculinos num grupo de adolescentes no futebol. Campinas: UNICAMP, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FISCHER, I.R.; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em 04. jul. 2001.

FONSECA, N. A. Ética, direitos e relações de gênero no trabalho – a recriação do sentido do trabalho do ponto de vista dos direitos humanos. IN: COSTA, A., OLIVEIRA, E. & SOARES, V. (orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment: the techno-economic paradigm. In: **Technical Change and Economic Theory**. Publisher, 1988.

GALEAZZI. I.M.S. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e trabalho**. São Paulo, 2006.

GIRARD, C. F. N., *Dossiê: Globalização e Trabalho*: perspectivas de gênero. Ferreira Nunes. – Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

GUEDES M.C.; ALVES, J.E.D. **A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000**: particularidades do grupo com nível universitário. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais**, Caxambú- MG, 20-24 de Setembro, 2004.

353

GUIMARÃES, N.A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós – moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC editora, 2003.

HIRATA, H. **Desemprego e condições de trabalho numa perspectiva de gênero**. Palestra apresentada por Helena Hirata [ago. 2006]. 48 min. Palestra concedida ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**. Rio de Janeiro; São Paulo, Ano 4, n. 7, 1998.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos: corpo, saúde e doença**. Porto Alegre, ano 4, n.9, 360p. 1998.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. Artigo apresentado no “I Seminário As famílias e as

políticas públicas no Brasil”. **Anais**, Belo Horizonte -MG, 2005.

LAUFER, J. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, M. E. B. A dimensão do trabalho e da cidadania das mulheres no mercado globalizado. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

MARCONDES, W.B., *et al.* O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em perspectiva**. v.17, n.2, p. 91-101, 2003.

MATOS, M. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

MONTAGNER, P. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

OLIVEIRA, P. P. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

PERTICARRARI, D. **Foi com o trabalho que me tornei homem. Trabalho, Gênero e Geração**: Uma nova

identidade. São Carlos: UFSCar, 2007. 144f. Versão preliminar apresentada à banca de qualificação da Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PERTICARRARI, D. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de linha branca no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003. 100f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

357

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L.M. **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48, Campinas, SP, 2002.

POSTHUMA, A.C. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **Gênero e trabalho na sociologia latino – americana**. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998.

RIZEK, C.S.; LEITE, M. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Gênero e trabalho na sociologia latino – americana**. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex In: REITER, R. **Toward an anthropology of women**. Monthly review press, New York, 1975.

SANCHES, S. GBRIM, V.L.M. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos Avançados**. v. 17, n.49, 2003.

SCHWEITZER, S. Situar as mulheres no Mercado de trabalho. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC editora, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n.2, p.5-22, jul-dez., 1991.

SEGNINI, L.R.P. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.10, 1998.

SEMIÃO, A. A reestruturação do trabalho doméstico remunerado e suas implicações. In: COSTA, A., OLIVEIRA,

E.; SOARES,V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de ciências Sociais**. v. 15, n. 43, junho, 2000.

VALE DE ALMEIDA, M. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de século, 2000.